

Das sombras à luz: as Universidades Federal de Santa Catarina (UFSC) e Nacional de Córdoba (UNC) sob as ditaduras civil-militares brasileira (1964-1985) e argentina (1976-1983)

Gabriel Roberto Dauer¹

Resumo: Inserida no âmbito da História do Tempo Presente e da História das Relações Internacionais, a presente pesquisa visa compreender o processo de repressão estatal orquestrado sobre as universidades, tendo como estudo de caso comparativo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Brasil e a Universidade Nacional de Córdoba (UNC) na Argentina, entre os anos 1964-1985 e 1976-1983 respectivamente. Parte-se de uma análise regional das ditaduras civil-militares no Cone Sul, com o propósito de verificar similitudes e disparidades entre a atuação dessas na esfera do Ensino Superior. Analisa a gestão civil-estatal e atores responsáveis pela repressão dentro das universidades. Metodologicamente, utiliza-se de pesquisas em jornal realizadas como pesquisador na Comissão da Verdade e Memória da UFSC, além de embasamento teórico acerca da justiça de transição e História Comparada para estudar ambos os casos. A hipótese que guia o trabalho é que a atuação das duas ditaduras supracitadas teve um papel relevante na formatação do Ensino Superior e que seus efeitos ainda podem ser observados atualmente em sua estrutura e na formação de discentes e docentes.

Palavras-chave: Cone-Sul, Ditaduras, Argentina, Brasil, Universidades.

Introdução

As décadas de 1960 e 1980 marcam um período indelével para a história e para a sociedade no Cone Sul. Num contexto de bipolaridade da Guerra Fria, a região esteve sob governos militares, os quais não mediram esforços para desmobilizar, torturar, despedir, desaparecer e matar a todas as pessoas que cruzassem seu caminho em sua ótica de aniquilamento da subversão (MOTTA, 2015).

¹ Graduando em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: gabrielrdauer@gmail.com.

As universidades eram locais essenciais de atuação dos governos militares, não apenas por seu papel de ensino, mas também como lócus de desenvolvimento de seus projetos econômico, político e ideológico. As reformas nas universidades, pois, seguiram tais pressupostos governamentais.

A maioria daqueles que ainda vivem e ocuparam espaços universitários de luta e resistência permanecem e veem sua história nos espaços da universidade. Dessa maneira, a presente pesquisa realiza um estudo comparativo regional entre as Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidad Nacional de Córdoba (UNC), com o objetivo de descobrir e expor um panorama regional de repressão da comunidade acadêmica entre as ditaduras brasileira de 1964-1985 e argentina de 1976-1983. A hipótese que guia este trabalho é que as intervenções em ambas as universidades em análise ocorreram de maneira distinta e possuem características de repressão e resistência particulares, os quais não podem ser vistos de maneira homogênea, mesmo em um contexto regional de proximidade geográfica.

Conforme o exposto, o problema de pesquisa que guia o estudo é: O que se poderia compreender da atuação militar na UFSC e na UNC, tanto como a resposta de estudantes e professores contrários ao regime, inseridas em regimes repressores das décadas de 1960-1980, vistos os projetos econômicos, políticos e ideológicos particulares do Brasil e da Argentina?

1. (Re)construir, ressignificar e comparar trajetórias: diálogos entre a justiça de transição, a história do tempo presente e a história comparada

O presente capítulo visa destacar a possível interrelação entre três ferramentas teóricas de análise: a justiça de transição, a história do tempo presente e a história comparada. A escolha de tais abordagens justifica-se pela motivação de trazer à tona memórias persistentes na atualidade, dado que os atores daquele período ainda se encontram vivos e seus países refletiram problemáticas semelhantes.

1.1 Justiça de Transição

Em termos conceituais, a justiça de transição conforme a Organização das Nações Unidas (ONU) é “o conjunto de processos e mecanismos associados com a tentativa da sociedade de alcançar um acordo com o legado de abusos do passado em

larga-escala, com o objetivo de assegurar *accountability*², justiça e reconciliação.” (UNITED NATIONS, 2010, p. 02).

Logo, a justiça de transição trata-se de processos que visam o contato com o passado em vistas a reconectar e reflexionar sobre a atuação do Estado e da sociedade para com as violações cometidas. Não se limita em questões jurídicas, e sim, vai além da esfera judicial ao perpassar pela construção coletiva da memória³ e do resgate da verdade. Uma definição mais detalhada do conceito pode ser vista em Teitel (2013, p. 69), na qual a justiça transicional seria “uma concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizada pela resposta legal na confrontação de irregularidades de regimes repressores anteriores”.

1.2 História Comparada e História do Tempo Presente

A História Comparada surge como crítica ao nacionalismo da Primeira Guerra Mundial. É a história que questiona as fronteiras da nação e conseqüentemente as fronteiras da pesquisa histórica (PRADO, 2005). Ou seja, o efeito de comparar tinha o objetivo de criticar os limites impostos pelo fazer história e demonstrar a possibilidade de criar concepções gerais sobre o conhecimento. Centra-se na capacidade da história de poder “colocar em perspectiva as singularidades, as repetições, o tempo e o espaço” (BUSTAMANTE; THEML, 2007).

A História do Tempo Presente pode ser definida como uma história na qual a sobrevivência dos atores e de suas memórias se encontram na contemporaneidade; ou seja, o historiador encontra-se no mesmo tempo presente do passado de seu objeto de estudo, ou pode também ser o próprio sujeito de sua investigação. O vínculo com o passado está no presente, e assim se constroem perguntas que variam constantemente com o tempo; ou seja, mudam-se as interpretações e questionam-se as certezas historiográficas (FRANCO; LEVÍN, 2007).

² O termo, inserido na área da Teoria Política, refere-se à prestação de contas, fiscalização dos atos/ações públicos.

³ A noção de memória coletiva pode ser melhor compreendida através de Maurice Halbwachs. Halbwachs observou que os homens constroem sua memória não de modo individual, mas coletivamente através da interação em sociedade, de suas diversas relações sociais, as quais diferenciam os indivíduos pela sua trajetória de vida. Essa memória é coletiva ainda que o indivíduo encontre-se sozinho, porquanto ele é uma construção de interações sociais (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 97).

Ao contrário do ideal positivista de progresso e busca por uma história linear e concisa, a História do Tempo Presente contrapõe os dogmas positivistas ao seguir um caminho que problematiza e relativiza as certezas. Carlos Fico (2012) ressalta a existência concomitante entre o sujeito e o objeto de análise em um mesmo período temporal. O testemunho, o uso da História Oral e os temas da História do Tempo presente apenas se consolidaram depois da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, coloca em discussão o efeito e os resultados de quebrar com a privacidade documental do Estado para avançar nas investigações de milhares de vítimas, familiares e afetados pela ditadura militar.

2. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Em que pese a política estatal do período militar, não havia ocorrido uma reforma para modernizar as universidades no Brasil anteriormente. Fazia-se grande pressão por reformas e mudanças não apenas nas estruturas físicas das instituições, mas também nos conteúdos programáticos, tendo em vista o combate às ideologias comunistas e esquerdistas do período.

O impacto das reformas possui uma dupla faceta: destrutiva e construtiva. Destrutiva pois se realizaram reformas pautadas na repressão sistemática de professores e alunos. Tal repressão não se deu apenas de maneira física mas também ideológica, tendo em vista os princípios conservadores da sociedade brasileira, pautados na família, religião e verticalização das relações sociais (MOTTA, 2015).

Conforme relatado acima, diversos são os temas abordados pela pesquisa no jornal “O Estado” da Biblioteca Pública de Santa Catarina em Florianópolis, através da Comissão Verdade e Memória da UFSC. Procurou-se focar em fatos centrais que servem como um marco na história da UFSC e podem revelar repressões singulares aos docentes, discentes e demais envolvidos para com a universidade. Dentre esses estão a Greve Estudantil de 1968, os estudantes presos no congresso da UNE e a Reforma Universitária.

2.1. A greve estudantil de 1968

O ano de 1968 foi muito conturbado no contexto sócio-político e econômico da ditadura militar, mesmo anteriormente ao estabelecimento do AI-5, em 13 de dezembro.

Os estudantes nesse período foram os principais atores contra a repressão exercida pelo governo militares, e também foram os principais alvos do regime. Perante o Decreto Número 477, era permitida a expulsão de professores e estudantes que estivessem envolvidos em atividades contrárias aos pressupostos e objetivos do regime militar, contra o seu projeto de “nação” (MOTTA, 2015).

No caso da UFSC, logo no começo do ano letivo de 1968, os estudantes, reunidos em Assembleia Geral na sede do DCE, decidiram deflagrar greve geral, sinalizando protesto contra a morte de Edison Luis, no Rio de Janeiro, posicionando-se contra as perseguições estudantis.⁴ A princípio, a paralização teria três dias, e contaria com uma passeata no centro da cidade. A Assembleia também definiu que existiriam comissões para garantir o movimento: a de justiça, a de Orientação e a de Imprensa.

Em dois de abril de 1968, o deputado Eugênio Doin Vieira, do MDB, posiciona-se a favor da movimentação estudantil, garantindo a todos os estudantes da UFSC uma imunidade parlamentar.⁵ Em três de abril, os estudantes universitários e secundaristas juntaram-se na praça XV e queimaram uma bandeira dos Estados Unidos, enquanto entoava o hino nacional.⁶

Em 19 de maio de 1968, O Estado noticia uma nova mobilização estudantil, agora relacionada aos contratos da Casa de Estudantes e a política de retenção de verbas do MEC.⁷ No dia 21 de maio, o jornal divulga que uma nota na qual o DCE declara que a última passeata não alcançou seus objetivos, já que os estudantes sentiram-se ameaçados pelo contingente militar mobilizado pelo reitor.⁸

No dia 29 de maio, decidiu-se, por Assembleia Geral, decretar uma greve geral por tempo indeterminado, organizando duas passeatas de protesto contra a já citada política de retenção de verbas do MEC e contra as medidas acerca do alojamento estudantil.⁹

⁴ Estudantes decretam greve geral na UFSC. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 31 mar. 1968.

⁵ Estudantes realizam hoje passeata. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 2 abr. 1973.

⁶ Passeata é pacífica sob a chuva. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 3 abr. 1968.

⁷ Estudantes protestam contra a Reitoria. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 19 mai. 1968.

⁸ Reitoria ouve hoje protesto. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 21 mai. 1968.

⁹ Greve é geral na Universidade. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 29 mai. 1968.

Após o reitor Ferreira Lima encontrar-se com Costa e Silva para debater a questão da liberação de verbas, em 30 de maio, os estudantes foram à rua em protesto novamente.¹⁰¹¹

No mês de junho, no dia dois, o reitor Ferreira Lima respondeu as reivindicações estudantis, declarando, em nota oficial, que o presidente Costa e Silva já teria liberado as verbas do MEC.¹¹ O DCE responde que a greve continuaria até todas as reivindicações serem atendidas e até que o dinheiro fosse de fato liberado. Dois dias depois, no dia 4 de junho, o movimento estudantil reafirma sua posição, declarando¹² que greve só se encerraria com a última de suas reivindicações atendidas.¹³

Assim, no dia 9 de junho, o Jornal noticia que, no dia 7 de junho de 1968, após Assembleia Geral do DCE, os estudantes haviam acordado sobre o fim da greve geral, já que tiveram “grande parte de suas reivindicações atendidas. As questões das Casas do Estudante voltam a aparecer como exigência do movimento estudantil, que exige, novamente, a rescisão do contrato.

Já no mês de agosto o jornal “O Estado” relata que as manifestações da greve tinham se “acalmado”. Em 19 de maio estava marcado o trote dos calouros da UFSC, no qual também se realizou uma passeata criticando a política de retenção de verbas do Ministério da Educação e contra os contratos realizados pelo Reitor Ferreira Lima e a firma “Daux” (dona da casa dos estudantes). Os estudantes foram até a casa do reitor mas foram impedidos de entrar pela polícia.

No dia 22 de maio, o diretório acadêmico do curso de Medicina relata as condições precárias de trabalho do curso. Numa reunião, foi decretada greve da UFSC que durou 12 dias (período de liberação das verbas do governo federal). Os estudantes (liderados pelo presidente do DCE, Heitor Bittencourt Filho) buscavam forças entre as faculdades e até mesmo com a UDESC para buscar o renascimento da UCE (União Catarinense de Estudantes).

¹⁰ Costa convoca reitor para debater crise. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 30 mai. 1968.

¹¹ Estudantes fazem hoje passeata de protesto. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 30 mai. 1968.

¹² Greve na UFSC só acaba com a vinda das verbas. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 2 jun. 1968.

¹³ Greve na UFSC só para com exigências atendidas. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 4 jun. 1968.

2.2 O Congresso Nacional da UNE

Ainda no contexto das agitações de 1968, é pertinente tratar dos acontecimentos relativos ao congresso da UNE de 1968. Acerca desse assunto, O Estado emite nota já em 14 de julho de 1968¹⁴. Nesse dia, é dito que os estudantes universitários de Santa Catarina, reunidos pelos diretórios acadêmicos e DCE, estavam se encontrando todos os dias na sede do DCE para tratar das atividades que seriam realizadas no Congresso da UNE que aconteceria em Belo Horizonte.

Em 19 de setembro¹⁵, o DCE finalmente confirmou a participação de sua delegação no Congresso da UNE. Ao dia 26 do mesmo mês¹⁶, O Estado divulga uma nota do presidente da UNE, Luís Travassos, que anuncia as datas do Congresso Nacional da UNE, além de ter sido definido o local de encontro, São Paulo. O objetivo desse congresso seria “enfrentar de uma forma mais concreta a política educacional do governo”, tratando-se principalmente da repressão estudantil. Segundo a nota, o encontro aconteceria nos dias 18, 19 e 20 de outubro. Apesar de a notícia anterior da notícia anterior, no dia 13 de outubro já é noticiada¹⁷ a prisão de mais de mil estudantes em Ibiúna.

Em 17 de outubro¹⁸, O Estado noticia um protesto ocorrido em Florianópolis em virtude da prisão dos estudantes e delegados da UFSC no Congresso Nacional da UNE. Essa manifestação, porém, só pode ocorrer a partir da autorização do Secretário da Segurança Pública. Além de defenderem os colegas presos em Ibiúna, os estudantes denunciaram a ditadura e clamaram por liberdade. A notícia ainda reporta que em São Paulo, o delegado da DOPS de Santa Catarina estava fazendo a triagem dos estudantes catarinenses presos no Congresso da UNE, e pretendia trazer de volta os estudantes.

O processo do DOPS de São Paulo revela que 723 estudantes foram fichados após o fechamento do Congresso da UNE. Dentre eles, 15 eram catarinenses. As fichas das delegações presas foram enviadas pelo DOPS-SP para todos os estados, para que, assim, os órgãos de repressão pudessem controlar as movimentações desses estudantes²².

¹⁴ Estudantes preparam-se para congresso da UNE. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 14 jul. 1968.

¹⁵ Universitários vão ao congresso da UNE. *O Estado*, Florianópolis, p. 2, 19 set. 1968.

¹⁶ Ex-UNE marca o Congresso Nacional para 18, 19 e 20 de outubro em SP. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 26 set. 1968.

¹⁷ Mil estudantes são presos em reunião da UNE. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 13 out. 1968.

¹⁸ Passeata foi em ordem sem repressão. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 17 out. 1968. ²² Lambranco, 2014.

2.3 A Reforma Universitária

No ano de 1968, o Congresso Nacional aprovou, pela Lei nº 5.540, a Reforma Universitária, que tinha o objetivo de inovar a educação superior brasileira. Essa decisão proveio do acordo MEC/USAID, no final da década de 1960, inspirada na estrutura universitária utilizada nos Estados Unidos. Esse novo modelo acabou por tornar a Universidade em uma estrutura seletiva. Com a procura cada vez maior de vagas dentro do ensino superior, foi fomentada a criação do ciclo básico no primeiro ano de graduação como uma maneira de abrigar todos os “excedentes”. Para que isso pudesse ocorrer, houve modificações na estrutura dos vestibulares, que, ao objetivarem a incorporação de um maior número de alunos, tornaram-se classificatórios (MARTINS, 2009).

Dentro da UFSC, a reforma chegou junto com o novo cargo de Ferreira Lima (entre 1966-1968), agora presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Para implementar a Reforma, o reitor agiu por meio do vestibular. Até então, cada uma das Faculdades aplicava uma prova de vestibular própria. Com a Reforma, além da reestruturação do exame vestibular, toda a estrutura da UFSC foi modificada.¹⁹No dia 1º de janeiro de 1967, o jornal “O Estado” publica uma matéria sobre a Reforma Universitária através de uma reunião que se deu com o Ferreira Lima. Nessa, foram discutidos diversos assuntos, como a compra de material e a construção de espaços físicos (Engenharias, Hospital das Clínicas), estabelecimento de novos cursos (Enfermagem e Jornalismo) e uma crítica feroz à proposta de interiorização da UFSC.

Nesse sentido, o sentimento de competição dentro da Universidade cresceu com a Reforma, já que muitos alunos, após concluírem o ciclo básico no CEB, permaneciam à espera de vagas no curso desejado, o que nem sempre era possível por diversos motivos. Esses estudantes formaram um grande grupo de “excedentes internos”, o que gerou muitos problemas para a UFSC durante a década de 70 (BISTROT, 2010).

¹⁹ As faculdades, agora, estariam dispostas em centros: Biomédico, Tecnológico, Sócio-Econômico, de Educação, de Desportos e Agropecuário. A mudança mais importante foi a criação do Centro de Estudos Básicos (CEB). Os departamentos do CEB eram: Biologia, Matemática, Física, Química, Geografia, Psicologia, Sociologia, História, Filosofia, Teologia, Língua e Literatura Estrangeiras, Língua e Literatura Vernáculas, Biblioteconomia e Documentação, Artes e Audiovisuais (RODRIGUES, 2010).

A primeira notícia do jornal *O Estado* acerca da Reforma Universitária se dá em 1968.²⁰ O jornal noticia que Costa e Silva sancionou uma lei que autoriza o empréstimo de 10 milhões de dólares para a conclusão da Cidade Universitária do Fundão, no Rio de Janeiro, e, depois disso, a nota informa que, dentro de um prazo de três anos, o vestibular será único para o ingresso no ensino superior. Isso surge a partir da lei que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior, outra lei da reforma universitária. No início da década de 70, no dia 5 de maio do ano de 1970, *O Estado* noticia que um técnico estadunidense visitará a UFSC para observar a Reforma Universitária.²¹²² Aqui, fica explícito quais eram os objetivos da Reforma Universitária: “A educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional” (MARTINS, 2009).

Ferreira Lima aprova a abertura de 1500 novas vagas para estudantes em 1971. No dia 25²³, o Conselho Universitário, seguindo os planos da Reforma Universitária, aprova a criação dos novos departamentos da UFSC e redefine a função de departamentos já existentes, adequando-os aos modelos industriais já denotados na solenidade com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

3. A Universidad Nacional de Córdoba (UNC)

A Universidad Nacional de Córdoba, uma das universidades mais antigas do país e uma das mais importantes, durante a década de 1976-1983 esteve sob as intervenções reitorais que alteraram a vida universitária por completo. A partir do golpe de 1976 intensificou-se a repressão aos estudantes. O regime da UNC era abertamente autoritário. O temor, medo e autoritarismo eram marcas dos corredores. Impôs-se um exame de ingresso para todas as carreiras com o objetivo diminuir o ingresso irrestrito, tornando a universidade um lugar elitizado e muito menos plural (RODRÍGUEZ, 2014).

²⁰ Universidade tem nova ajuda externa. *O Estado*, Florianópolis, p. 5, 6 dez. 1968.

²¹ Técnico norte-americano vê na UFSC como se faz reforma universitária. *O Estado*, Florianópolis, p. 9, 5 mai. 1970.

²² A Reforma Universitária da UFSC era um exemplo nacional e internacional. Diversas universidades do país enviavam representantes para observar a maneira pela qual a reforma desenvolvia-se ou elogiavam a reforma, como a visita do Professor José Faria de Góes, Direito da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); reitores alemães; jornalistas; técnicos estadunidenses e do próprio Governo Federal.

²³ Conselho universitário aprova regimento geral. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 25 out.

Em torno das décadas de 1960 e 1970 aconteceu uma grande mobilização e resistência social contra a Revolução Argentina. Havia um grande descontentamento da sociedade frente ao governo de Onganía e de seus sucessores, marcado pela união entre o setor obreiro e o estudantil. O movimento estudantil foi o maior responsável pela militância dentro e fora da UNC, resistindo ao onganiato através de assembleias, mobilizações, tomada de faculdades e das escolas secundárias da cidade. Isso marca o avanço da esquerda dentro da universidade, a qual contestava as práticas educativas e os conteúdos ministrados em sala de aula.

3.1 A universidade em estado de ocupação militar: repressões e modificações das estruturas universitárias

O terror estatal que se inicia em Córdoba vem antes do golpe de 1976 a partir do “Navarrazo”, dois anos antes. Foi um movimento conduzido pelo Tenente Coronel Antonio Domingo Navarro, chefe de polícia da cidade que destituiu o governo constitucional. Deve-se ressaltar que nesse período ocorreu um avanço dos setores de direita do peronismo, os quais também se encontravam em outras províncias argentinas (PHILIP, 2012).

Em geral, a polícia de Córdoba tinha como objetivo acabar com a infiltração marxista, e assim se encontra a comunidade universitária, dado que a universidade era um local de difusão de teorias consideradas “subversivas”. Em 4 de junho de 1973, Francisco Luperi é nomeado como novo reitor. Em sua gestão, diversas reivindicações da comunidade universitária foram ouvidas – como o ingresso irrestrito, a vigência do cogoverno universitário, a mudança na lei universitária e a discussão sobre o transporte público e a saúde para os estudantes –, como também a restituição de docentes perseguidos e expulsos pelo governo militar anterior. Tratava-se de um ator mal visto pela oposição composta pelos militares.²⁴

Já em 1974-1975, observa-se uma “escalada repressiva” através da nomeação de Oscar Ivanissevich como Ministro da Educação da Nação. Instaurou-se um sistema de

²⁴ A luta era também pela democratização da participação nas instâncias da universidade e nas reformas dos planos de estudo. Um dos exemplos é o assembleísmo nas faculdades, ou seja, o cogoverno entre professores e estudantes em pé de igualdade para discutir e implementar as decisões dentro do campus. Vale ressaltar que não havia uma resistência homogênea entre as faculdades, pois existiam ideologias distintas.

informação que vinha desde o decano até chegar aos institutos e departamentos para informar as atividades de professores e de estudantes. Sobre os atores civis delatores, há exemplos como Gabriel Pautaso (professor adjunto interino na cadeira de História do Pensamento e Cultura de Letras), denunciado por suas atitudes repressivas, como ameaças e amedrontamento, ou a instauração de “alunos” e “professores” espiões nas aulas, os quais tiravam fotos ou gravavam os estudantes e professores. Dessa maneira, o Processo de Reorganização Nacional²⁵ estabeleceu novos métodos de controle, como de vestimentas e aspectos físicos, a expulsão sistemática de alunos, a obrigação de autocensurar-se para evitar a perseguição, ou esconder-se como uma alternativa de sobrevivência e até mesmo a formulação de listas negras.²⁶

3.2 Expulsões, demissões e modificações estruturais

Marta Philip (2012) através de testemunhos de ex-estudantes e ex-professores, costura o panorama de atuação militar dentro da UNC e seus resultados para as modificações universitárias desde a Reitoria às faculdades. A ditadura de 1976 era de uma dimensão que diferia das anteriores, ora por seus objetivos de extermínio, ora por seus resultados desestabilizadores da resistência ao governo militar.

Através da Lei Nº 21.276²⁷ de *Prioridad para la normalización de las universidades nacionales*, as casas de estudo ficaram sob a jurisdição do Poder Executivo Nacional. Diversos reitores e decanos das faculdades foram designados pelas juntas de comandantes com o objetivo de pôr em prática o Processo de Reorganização Nacional das Universidades. A insegurança perpassava pelos corredores das faculdades e toda forma de socialização em sala de aula e fora dela era vigiada e punida. A perseguição ideológica foi aplicada com força máxima, resultando na expulsão e no afastamento de professores e alunos²⁸, os quais também foram perseguidos e desaparecidos.

²⁵ O objetivo do Processo de Reorganização Nacional eram quatro: “[...] 1) restituição dos valores essenciais do Estado; 2) erradicação da subversão; 3) promoção do desenvolvimento econômico; e 4) posterior restauração de uma democracia republicana.” (QUIROGA, 2005, p. 43).

²⁶ Antecedentes políticos e gremiais dos formados, dificultando a vida das pessoas, como por exemplo a busca de trabalho com medo de serem identificados.

²⁷ Na mesma lei, ficava proibida toda “*actividad que asuma formas de adoctrinamiento, propaganda, proselitismo o agitación de carácter político o gremial, docente, estudiantil y no docente*”.

²⁸ Philip traz um levantamento de professores demitidos por carreira num total de 42, conforme o *Archivo General Histórico de la UNC*: 5 de Filosofia, 10 de Odontologia, 7 de Manuel Belgrano (Faculdade

Outros dados partem da gestão do ministro de educação Ricardo Pedro Buera. No mês de maio de 1976, através da *Ley de Prescindibilidad* Nº 22.280 é decretado a demissão de professores, pessoal administrativo e de serviço nas universidades argentinas. Só na UNC, somam-se 247 demitidos. Há informes que relatam a expulsão de 105 estudantes e demissão de 300 professores, entre docentes e não docentes (RODRÍGUEZ, 2014).

Tais demissões e expulsões de professores e alunos pautavam-se no artigo 7 da supracitada Lei 21.276. Para esses, muitos deixaram de frequentar as aulas a partir do mês de março. Entretanto, muitos também decidiram antecipar qualquer tipo de nova punição e repressão do Estado, deixando o país em busca de uma vida segura e que possibilitasse a continuidade de suas carreiras. Os que ficavam, sob o medo de serem perseguidos, torturados, desaparecidos e mortos, estiveram em constante vigília pela polícia, a qual se organizava através de uma rede de vigilância constante, em que as delações eram facilitadas pelos espiões dentro das salas de aula.

Outra forma de desestruturar os espaços universitários e limpá-los da subversão foi o fechamento e modificação das faculdades e de seus planos de estudo. Carreiras consideradas sem utilidade prática na sociedade ou com alta mobilização contra o governo como Cinema, Teatro, Serviço Social e Ciências da Informação permaneceram fechadas durante meses. Seus planos de estudos foram totalmente modificados para atender aos objetivos estatais, os quais não possuíam qualquer tipo de reflexão crítica sobre os temas abordados.

Cornejo y Bustos Moreschi (2011) buscam expor entre 1974 a 1977 o que ocorreu na Faculdade de Filosofia e Humanidades (FFyH) da UNC, período que se encontra antes do golpe de 29 de março de 1976 e depois dele. Afirmam que as universidades foram atingidas economicamente e academicamente. A partir disso, a permanência na universidade e no país tornava-se insustentável em muitos casos. Tendo em conta esta constatação, as autoras analisam a decisão de docentes e alunos ao exílio ou insílio (migração interna).

integrada à UNC), 5 de Línguas, 3 de IMAF (Faculdade de Matemática, Astronomia e Física), 3 de Direito, 3 de Ciências Econômicas e 6 de Ciências Químicas.

A hipótese para o exílio e insílio foi elaborada a partir do modelo repressivo do Estado. A Missão Ivanissevich começou uma escalada repressiva que se aprofundou com o golpe. A comunidade universitária estava debaixo de uma “economia do castigo” que, combinada com as instituições formais (expulsões, fechamentos, expulsões) e informais (chamadas telefônicas, notas ameaçantes, destruição de legados), ameaças, insegurança jurídica e proibição de atividades políticas, gremiais e intelectuais, fizeram com que as pessoas optassem pelo exílio ou pelo insílio (CORNEJO; BUSTOS MORESCHI, 2011).

3.3 Cupos para ingressar na carreira: a universidade se fecha

Outra medida utilizada pelo governo militar para desestruturar a universidade e desmobilizar qualquer tipo de insurreição contra o governo foi o estabelecimento de *cupos universitarios*, ou seja, notas mínimas a serem atingidas pelos aspirantes à universidade. Através da resolução número 2222 de 15 de novembro de 1977, instituiu-se os exames para ingresso. Os anos de luta da década passada foram totalmente massacrados, já que se pensava numa universidade plural e aberta para todas e todos que quisessem usufruir de seu direito básico de educação.²⁹

A aplicação de uma medida restrigente ao ingresso à universidade diminuiu drasticamente o número de discentes na UNC, os quais de 12 mil para a época passaram a ser mais ou menos a metade. O resultado é claro: decaída na pesquisa e no avanço de conhecimento; perdas humanas pelas expulsões, demissões e desaparecimentos de alunos e professores; perdas de anos de acumulação de experiências e pesquisas em desenvolvimento; como também na relação universidade-sociedade que havia se estabelecido.

Considerações Preliminares

O presente trabalho buscou ilustrar a atuação das ditaduras civil-militares brasileira (1964-1985) e argentina (1976-1983) através de suas políticas governamentais perante às universidades. Enquanto projeto político que buscava reordenar a sociedade

²⁹ Os exames obrigatórios de ingresso não foram a única medida tomada para elitizar o ambiente universitário e deixá-lo “normalizado”. Foram utilizados também certificados de boa conduta, apresentar cursos preparatórios com 80% de assistência e 100% de trabalhos práticos aprovados.

aos moldes conservadores embasados na cristandade e na família, a educação certamente faria parte do plano governamental dos países na época.

Nesse contexto encontra-se a UFSC. Uma das maiores universidades federais da época no Brasil, lócus de produção acadêmica e tecnológica, foi palco das ações do governo militar, todavia, não se pode esquecer o papel de civis ao auxiliarem na instauração dos planos nacionais de educação para o ensino superior. Assim, apresenta-se a Reforma Universitária. Ela teve um objetivo e consequência dual: dentro de um projeto político de um governo repressor, tentou acalmar os ânimos estudantis através das melhorias estruturais e de financiamento à pesquisa, ao mesmo tempo que procurou enfraquecer o movimento estudantil para deslegitimar suas ações contra o governo.

Ao lado, na Argentina, estava a UNC. Ela já havia sido palco de vastas manifestações estudantis e insurreições contra a repressão dos governos militares. Influenciou na reestruturação de diversas universidades latinoamericanas e também afora da América Latina através de sua Reforma Universitária em 1918. A atuação da ditadura argentina dentro das universidades teve como objetivo maior desestabilizar o movimento estudantil e docente. Através do Processo de Reorganização Nacional, os governos militares, com o auxílio de interventores militares dentro das reitorias – e civis – modificaram a participação acadêmica na decisão da vida universitária.

Conclui-se que ambas as universidades foram foco de repressão estatal, dada a alta receptividade de estudantes e professores às teorias e discussões consideradas “subversivas” para a época. As propostas governamentais para a educação superior no Brasil e na Argentina tiveram objetivos diferenciados para organizá-las de acordo com seu projeto políticoeconômico. Não se pode dizer que os processos de intervenção universitária foram os mesmos, já que para o caso brasileiro as motivações são de desestabilizar os movimentos estudantis e sociais através da melhoria das condições universitárias; já para a Argentina, optou-se por destruir a universidade para evitar levantes subversivos contra o governo.

Referências Bibliográficas

BISTROT, Lidia S. O Centro de Ciências da Saúde e suas história. In: Neckel, Roselane (Org.); Kuchler, A. D. C. (Org.). **UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios**. 1. ed. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 171-189.

- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; THEML, Neyde. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Ibero-americanos**, PUCRS, v. XXIX, n.2, p. 7-22, dezembro 2003. e-ISSN:1980864X. Disponível em: <<https://goo.gl/Ks9LGM>>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- BUSTOS MORESCHI, M. Cecilia; CORNEJO, Elisa M. **El terrorismo de Estado y su Impacto. Exilio e Insilio en la FFyH de la UNC. 1975-1977**. Trabajo Final para obtener el grado de Licenciadas en Historia. Facultad de Filosofía y Humanidades. Escuela de Historia. Universidad Nacional de Córdoba. 2011.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v.28, n.47, p.4359, Junho 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/tyHPj4>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: **Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- MARTINS, C. B. C. **A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado do Brasil**. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 30, p. 15-35, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. En: Motta, Rodrigo Patto Sá (Org.), **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. 338p.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, Brasil, n. 153, p. 11-33, dec. 2005. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://goo.gl/qSvUvu>>. Acesso em: 13 sep. 2016.
- PHILIP, Marta. Una isla autoritaria. In: **UNC 400 años – Historia y Futuro**. Córdoba: Prosecretaría de Comunicación de la UNC, 2012. Disponível em: <<http://www.unc.edu.ar/400/pensar-los-400/historiayfuturo>>.
- RODRIGUES, Icles. A UFSC na década de 1960: outras histórias, em: Neckel, Roselane (Org.); Kuchler, A. D. C.(Org.). **UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios**. 1. ed. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 17-35.
- RODRÍGUEZ, Laura Graciela. La Universidad Argentina durante la última dictadura: actitudes y trayectorias de los rectores civiles (1976-1983). **Revista Binacional Brasil Argentina**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/sn1R0o>>. Acesso em: 7 junho 2016.
- TEITEL, Ruti G. Transitional Justice Genealogy. **Cambridge: Harvard Human Rights Journal**, 2013, vol. 16, pp. 69-94. Disponível em: <<https://goo.gl/YFaEtv>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- UNITED NATIONS. Guidance note of the Secretary-General. United Nations Approach to Transitional Justice. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/5aTwL1>>. Acesso em: 20 ago. 2016.